

Governo traça estratégia para Educação

ENSINO DE PRIMEIRO GRAU PASSA A SER PRIORIDADE NOS PLANOS DO MEC

TÂNIA MONTEIRO

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, entregou ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o planejamento político e estratégico de sua área para os próximos quatro anos. O objetivo básico é a melhoria da qualidade do ensino. O MEC considera prioritário o ensino obrigatório de primeiro grau e quer valorizar os professores, começando pelo aumento de seu salário.

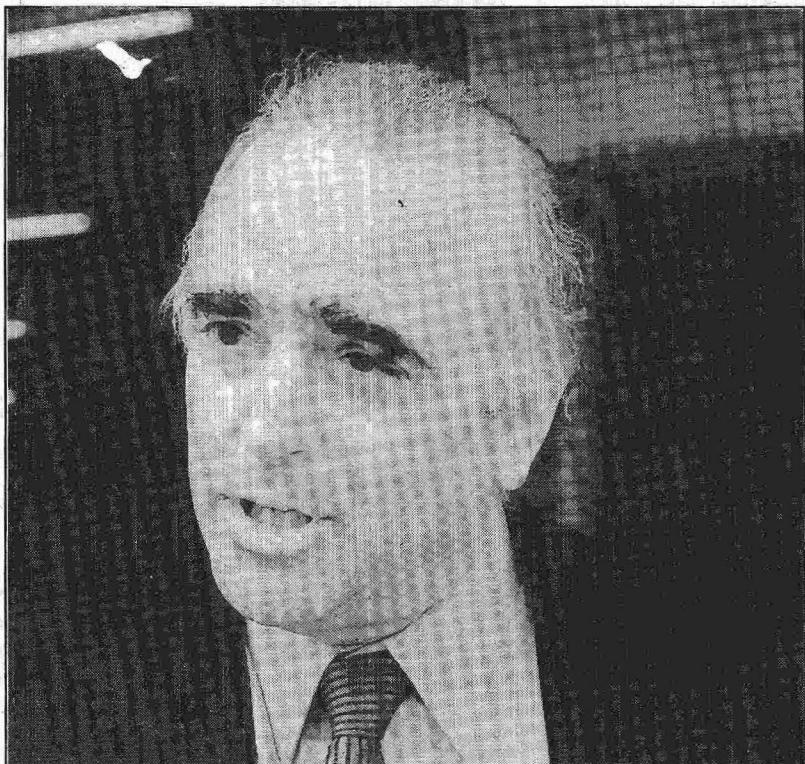
Para isso, Paulo Renato prega o engajamento de toda a sociedade, incluindo aí a participação dos Estados e municípios. Ele quer que os pais e os alunos cobrem das escolas, das secretarias estaduais e das municipais e dos governadores a execução de programas de melhoria das escolas e a aplicação de 25% do orçamento em educação. Segundo o ministro, o governo federal fará a sua parte, aplicando no ensino 18% do orçamento da União.

"Todos os estudos e diagnósticos apontam a escola fundamental como a raiz dos problemas educacionais do povo brasileiro", assinala o documento. Por isso, a prioridade será o fortalecimento da escola de primeiro grau.

O orçamento total do MEC para este ano é de R\$ 8,2 bilhões (veja quadro ao lado). Desse total, a educação fundamental receberá apenas 20%, que correspondem a R\$ 1,7 bilhão. A maior parte segue para o ensino superior.

No caso do ensino fundamental, a idéia central do MEC é "aumentar de forma significativa e continuada os índices de aprendizado e aproveitamento escolar". Para isso, terá de solucionar alguns problemas: altas taxas de retenção e evasão escolar, baixo nível de aprendizagem, baixa qualificação e remuneração deficiente dos professores e universalização do acesso à escola.

A descentralização completa da distribuição do livro didático e da merenda escolar também são metas do Ministério. Para o ano que vem, Paulo Renato promete que os livros didáticos chegarão às escolas em fevereiro. Este ano, até o



Arquivo/AE

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza: planos a longo prazo.

Orçamento do MEC para 1995

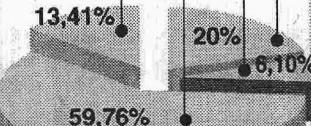
Total: R\$ 8,2 bilhões

Ensino fundamental:
R\$ 1,7 bilhão

Ensino médio:
R\$ 500 milhões

Universidades
federais e hospitais
universitários:
R\$ 4,9 bilhões

Pessoal e
encargos
financeiros:
R\$ 1,1 bilhão



Principais estratégias do MEC para os próximos quatro anos

Ensino fundamental

- Reestruturação dos currículos escolares, com a participação de Estados e Municípios, que adotariam um currículo mínimo comum.
- Descentralização completa da distribuição do livro didático e da merenda escolar.
- Aprimorar o sistema de avaliação do ensino fundamental.
- Elaboração de um novo censo nacional nas escolas de primeiro grau para atualizar o número de alunos, base de cálculo de transferência dos recursos financeiros.

Ensino médio

- Currículos mínimos para cursos acadêmicos e profissionalizantes.

Ensino superior

- Garantir a autonomia das universidades.
- Para o setor privado, o MEC pretende reorganizar, a partir de julho, o sistema de credenciamento e recredenciamento das escolas.
- Reformular o crédito educativo no segundo semestre, de forma a ampliar o atendimento aos alunos.

mês de abril, a distribuição ainda não tinha sido concluída. O ministro anunciou que serão eliminados 20% dos livros que a FAE oferece, por causa de sua baixa qualidade.

Em articulação com os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e com o setor produtivo, o MEC também propõe a redefinição do ensino médio. Segundo o documento, os currículos mínimos para cursos acadêmicos e profissionalizantes deverão criar melhores mecanismos de atendimento às demandas do mercado.

Dono da maior parte do orçamento, o ensino superior deverá ser fortalecido por se tratar de um "elemento estratégico para fortalecer o desenvolvimento nacional". A autonomia das universidades é considerada ponto de partida para todo o trabalho.

Para melhorar o ensino superior, o MEC quer substituir os controles burocráticos pela avaliação de sua qualidade, além de estabelecer exigências de padrões mínimos de eficiência e descentralizar o sistema, atribuindo maior autonomia às instituições.